

Disclosure corporativo da água: quais informações são asseguradas externamente?¹

DOI: 10.4025/enfoque.v40i3.52892

Gabriela Borges Silveira

Doutoranda do programa de pós-graduação de contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGC/UFSC.
Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: gabi_confiante@yahoo.com.br.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2950-4037>

Hans Michael Van Bellen

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e Pós-Doutorado junto a University of California – Berkeley
Professor do programa de pós-graduação de contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGC/UFSC
E-mail: hans.michael@ufsc.br.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9224-7232>.

Recebido em: 05.05.2020

Aceito em: 20.05.2020

2ª versão aceita em: 26.05.2020

RESUMO

As divulgações acerca das práticas de gestão e dos impactos corporativos relacionados à água podem ter sua relevância fortalecida pela credibilidade atribuída às informações que são asseguradas externamente. Desse modo, esta pesquisa teve como objetivo identificar quais itens do *disclosure* corporativo da água são submetidos à assegurar externa pelas companhias brasileiras listadas na B3 que asseguraram seus relatórios de sustentabilidade (RS) no período de 2017-2018. Para operacionalização da pesquisa, utilizou-se o Sumário Remissivo da GRI *Standards* e os Relatórios de Asseguração Independente anexados ao RS para coleta e análise das informações relativas à água divulgadas e asseguradas externamente. Os resultados demonstraram que as informações divulgadas reportam sobre impactos e riscos potenciais associados ao uso da água por parte da organização. Esses indicadores estão diretamente vinculados à qualidade da água, aos custos operacionais e aos impactos ecológicos, e permitem que as organizações avaliem os riscos regulatórios e de reputação. A respeito disso, a predominância de informações físicas sobre água reforça a necessidade de que as informações monetárias sejam incorporadas no desenvolvimento da contabilidade corporativa da água. Além disso, as análises dos sumários remissivos da GRI e dos relatórios de assegurar documentaram a baixa incidência de empresas que sinalizaram a assegurar por conteúdo e a superficialidade dos trabalhos de assegurar realizados. Esses achados sugerem a falta de transparência e reforçam o importante debate sobre a efetiva contribuição da assegurar externa para impulsionar a sustentabilidade dentro das organizações.

Palavras-chave: Contabilidade Corporativa da Água; Relatório de Sustentabilidade; *Disclosure* Corporativo da Água; Asseguração Externa.

Corporate Water Disclosure: what information is assured?

ABSTRACT

The corporate water disclosure has its relevance from the credibility attributed to the information that is externally assured. Thus, this study investigates items of water disclosure submitted to external assurance by brazilian companies listed on the B3 from 2017 to 2018. For this, we used GRI Standards Remissive Summary and Independent Assurance Reports attachment in RS to collect and analyze the water information that is disclosed and assured externally. The results demonstrated that the information disclosed reports on potential impacts and risks associated with the organization's use of water. These indicators are directly linked to water quality, operating costs and ecological impacts, which permit organizations to assess regulatory and reputation risks. In addition to, the predominance of physical information about water use necessitates that

¹ Artigo apresentado no congresso do Engema/USP 2019.

the monetary information to be incorporated into the development of corporate water accounting. Also, analysis of GRI remissive summaries and assurance reports documented the low incidence of companies that the content assurance individually and revealed superficial assurance processes. These findings suggest a lack of transparency and reinforce the important debate about the effective contribution of external assurance to promote sustainability within organizations.

Keywords: Corporate Water Accounting; Sustainability report; Corporate Water Disclosure; External Assurance.

1 INTRODUÇÃO

O *disclosure* socioambiental pode ser considerado um instrumento de resposta diante das mudanças nas percepções dos públicos relevantes de uma organização (PATTEN, 1992). O relatório do *Global Risks Report* de 2017 do *World Economic Forum*, uma pesquisa com 750 membros da comunidade internacional de *stakeholders*, aponta a “crise da água” como a terceira maior ameaça enfrentada pela população global em termos de impacto mundial. Segundo Burritt e Christ (2017), o mundo enfrenta atualmente uma “tempestade perfeita” de demanda crescente e oferta reduzida de água doce de qualidade.

A crise da água acarreta problemas, por exemplo, a sua renovabilidade e os aspectos de localização temporal e geográfica da sua oferta. Tais fatos geram pressões econômicas, sociais e ambientais que destacam a importância de melhorar o gerenciamento da utilização desse recurso (BURRITT; CHRIST, 2017). Lambooy (2011) afirma que as corporações são consideradas as maiores usuárias de água doce na sociedade moderna; assim, as organizações de todos os setores são dependentes da disponibilidade de água doce para suas operações, ainda que em graus diferentes (LARSON et al., 2012).

A confirmação do crescente e constante nível de preocupação das empresas com a oferta de água pode ser comprovada pelo aumento do número de iniciativas e ferramentas, como relatórios e padrões, que melhoram a forma de gerenciar o risco de escassez desse bem (BURRITT; CHRIST; OMORI, 2016). Nesse aspecto, a divulgação voluntária dos relatórios de

sustentabilidade (RS) tem sido a principal forma de comunicação sobre o desempenho socioambiental das organizações (DAUB, 2007; KPMG, 2011), e pode, portanto, contribuir para o conhecimento público dos impactos corporativos sobre a água. No entanto, as divulgações de natureza voluntária são úteis apenas se forem consideradas credíveis.

Ressalta-se que a prática de divulgação voluntária de informações sobre o desempenho socioambiental por parte das empresas tem levantado questionamentos sobre as reais motivações para a divulgação e sua credibilidade percebida (CORAM; MONROE; WOODLIFF, 2009). Para amenizar possíveis preocupações sobre a credibilidade dessas informações, empresas podem solicitar que uma parte independente emita um relatório de garantia das informações contidas nos RS com o objetivo de aumentar o nível de confiança do público (HODGE; SUBRAMANIAM; STEWART, 2009).

A asseguração externa objetiva atribuir confiabilidade e transparência às informações contidas nos RS (PEREGO; KOLK, 2012). Segundo o GRI (2013), diversos benefícios internos e externos da asseguração podem ser facilmente identificados, como aqueles relacionados à construção da confiança direcionada às áreas de governança, gestão e relações das partes interessadas. A governança corporativa é compreendida como o sistema pelo qual as empresas são dirigidas e controladas (CADBURY, 2000), o qual busca equilibrar o bem-estar entre as partes interessadas e reduzir os riscos do negócio (MARTÍNEZ-FERRERO; GARCÍA-SÁNCHEZ, 2016). A asseguração, enquanto mecanismo externo de governança à luz da responsabilidade social corporativa

(BUENO et al., 2018), aumenta a confiança das partes interessadas na qualidade da informação e no compromisso corporativo com a sustentabilidade (HODGE; SUBRAMANIAM; STEWART, 2009; SIMNETT; VANSTRAELEN; CHUA, 2009).

De uma forma geral, a divulgação e a assegu-
ração das informações de sustentabilidade são processos voluntários cujos custos geralmente são suportados pela organização assegurada e são executados com base em padrões e diretrizes totalmente discricionários para as empresas (MANETTI; BECATTI, 2009). E essas divulgações podem seguir importantes direcionadores de mercado, como a *Global Reporting Initiative* (GRI) e o Relato Integrado (IIRC).

As diretrizes da GRI são organizadas em tópicos específicos que abrangem itens de natureza econômica, ambiental e social. Dentre os itens da categoria ambiental, estão aqueles que relatam o desempenho da organização quanto à utilização da água e que especificam informações sobre tratamento de efluentes e resíduos a fim de prevenir a poluição das águas (GRI, 2016). Dessa maneira, o *disclosure* corporativo da água configura o reporte das práticas de gestão da água e de seus impactos às principais partes interessadas (MORRISON; SCHULTE; SCHENCK, 2010).

Quanto ao processo de elaboração dos RS, é importante ressaltar que a comunidade empresarial tem adotado o conceito de materialidade para definir quais informações serão divulgadas nos RS, o qual objetiva identificar os problemas ambientais, sociais e econômicos mais importantes para uma empresa e suas partes interessadas; por essa razão, o conteúdo dos RS pode variar de uma organização para outra, dependendo da metodologia empregada para eleger os temas materiais (JONES; COMFORT; HILLIER, 2015). Consequentemente, esta variação afeta o escopo da assegu-
ração externa (SIMNETT; VANSTRAELEN; CHUA, 2009) e a natureza das informações asseguradas é flexível aos objetivos desejados pelos

usuários (GRI, 2013), uma vez que a empresa e o provedor da garantia determinam conjuntamente os termos do contrato de assegu-
ração (HUMMEL; SCHLICK; FIFKA, 2017).

Nesse contexto, esta pesquisa tem por objetivo identificar quais itens do *disclosure* corporativo da água são submetidos à assegu-
ração externa pelas empresas brasileiras. Fornecer um panorama sobre o conteúdo do *disclosure* corporativo da água em RS assegurados é importante pelo fato de permitir conhecer quais informações sobre a água têm se tornado relevantes para a tomada de decisão de diversas partes interessadas. Tais divulgações possibilitam identificar importantes oportunidades para a continuidade dos negócios, ajudam a medir e analisar sua relação com os recursos hídricos, além de contribuir para a gestão sustentável da água (MORRISON; SCHULTE; SCHENCK, 2010; CDP, 2012).

No âmbito da contabilidade corporativa da água, desenvolvida nos anos 2000 (MORRISON; SCHULTE; SCHENCK, 2010), os esforços de contabilização da água têm sido direcionados pela necessidade de coletar informações físicas (ERCIN; ALDAYA; HOEKSTRA, 2011), desconsiderando o impacto dos aspectos monetários relacionados à água no resultado financeiro das organizações (BURRITT; CHRIST, 2017). Como a contabilidade corporativa da água é uma área em desenvolvimento, a identificação das características das informações sobre a água divulgadas pode ser instrutiva aos profissionais de contabilidade e padrões de elaboração de RS no desenvolvimento de informações monetárias para a melhoria da tomada de decisões sobre divulgações, oportunidades e riscos relacionados à água.

Dentro da temática da assegu-
ração, diversos estudos buscaram identificar fatores associados à decisão das empresas em assegurar os RS (SIMNETT; VANSTRAELEN; CHUA, 2009; KOLK; PEREGO, 2010; PEREGO; KOLK, 2012; RUHNKE; GABRIEL, 2013; CHO et al., 2014;

PETERS; ROMI, 2014; MARTÍNEZ-FERREIRO; GARCÍA-SÁNCHEZ, 2017); no entanto, ainda há poucos estudos sobre a natureza e o escopo das informações socioambientais asseguradas. Nesse contexto, esta pesquisa se diferencia ao dar enfoque ao conteúdo do *disclosure* corporativo da água dos relatórios assegurados.

As diretrizes da GRI (2016) ressaltam o atributo de credibilidade às informações que são validadas externamente e referenciam os serviços de asseguarção como aqueles projetados para não somente resultar em conclusões sobre a qualidade das informações (sejam elas qualitativas ou quantitativas) contidas nos RS como também resultar em conclusões sobre o processo que define o conteúdo do relatório, incluindo a aplicação do princípio da materialidade ou o processo de engajamento das partes interessadas. Todavia, ao considerar as preocupações quanto à credibilidade dos RS e discricionariedade dos contratos de garantia em relação aos indicadores assegurados, esta pesquisa contribui para a discussão acerca da transparência e efetividade desses processos. Por isso, a asseguarção dos RS deve contribuir para impulsionar a sustentabilidade dentro das organizações e não ser caracterizada, apenas, como uma simples verificação de dados (FA-ROOQ; VILLIERS, 2019).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ASSEGURAÇÃO EXTERNA DO *DISCLOSURE* CORPORATIVO DA ÁGUA

O relatório de sustentabilidade (RS) tem se estabelecido firmemente como componente da divulgação corporativa. Segundo pesquisa divulgada pela KPMG (2011), 95% das 250 maiores corporações do mundo publicam esses relatórios separadamente. As empresas devem relatar em seus RS informações sobre os desafios e as estratégias da sustentabilidade corporativa tanto de forma qualitativa quan-

to quantitativa (DAUB, 2007), com o propósito de demonstrar seus impactos econômico, ambiental e social, bem como as suas contribuições (positivas ou negativas) para a meta do desenvolvimento sustentável (GRI, 2016).

Dentro da temática, a credibilidade das informações contidas nos RS tem sido questionada. Estudos anteriores apontaram críticas aos RS por não fornecerem informações significativas sobre o desempenho de sustentabilidade das organizações, ao constatarem a falta de confiança das partes interessadas (DANDO; SWIFT, 2003) e a ausência de consistência e integridade dessas divulgações (ADAMS; EVANS, 2004). Ainda, outras pesquisas chamam a atenção para o controle da empresa relatora em relação ao processo de elaboração dos RS, uma vez que a discricionariedade permite que empresas divulguem informações estratégicas e apropriadas à promoção da imagem corporativa (CHO et al., 2014; OWEN et al., 2000; PETERS; ROMI, 2014).

Para reforçar a credibilidade dos RS, diversas empresas têm adotado a prática de submeter seus relatórios ao processo de asseguarção externa (SIMNETT; VANSTRAELEN; CHUA, 2009; PEREGO; KOLK, 2012). A asseguarção, intercambiável com outros termos, como “garantia” ou “verificação”, é um processo voluntário de verificação externa que objetiva atribuir credibilidade e transparência às informações contidas nos RS (PEREGO; KOLK, 2012). O’Dwyer (2011) acrescenta que a asseguarção das informações de sustentabilidade objetiva examinar, avaliar e relatar a confiabilidade e a integridade das informações sobre o desempenho ambiental, social e econômico divulgadas.

Simnett, Vanstraelen e Chua (2009) explicam que os serviços de asseguarção se tornam relevantes a partir do momento em que os benefícios derivados dela são percebidos pelas organizações, de modo a compensar os custos associados a essa prática. Dentre os benefícios descritos pela literatura, estão: a mitigação dos

custos de agência, o aumento da credibilidade dos gestores, a diminuição do custo de capital das empresas (KOLK; PEREGO, 2010; RUHNKE; GABRIEL, 2013; CHO et al., 2014) e a melhoria do desempenho econômico, ambiental e social das organizações (GRI, 2013). Nesse sentido, conforme salientam Mori Junior, Best e Cotter (2014), a asseguração é um importante instrumento que auxilia as empresas a prestarem contas aos seus *stakeholders*.

A asseguração externa dos RS tornou-se um mercado promissor para diferentes profissionais, como empresas de contabilidade, empresas de certificação e consultoria especializada (FERNANDEZ-FEIJOO; ROMERO; RUIZ, 2016), os quais utilizam diferentes abordagens e padrões para satisfazer as diferentes demandas (DEEGAN; COOPER; SHELLY, 2006). Nesse contexto, a qualidade dos serviços de asseguração está intrinsecamente relacionada ao tipo de provedor e seus atributos específicos (MOCK STROHM; SWARTZ, 2007).

Os especialistas em sustentabilidade, que possuem um nível mais alto de conhecimento no assunto, tendem a não ser profissionais de auditoria (HUGGINS; GREEN; SIMNETT, 2011). Contudo, pesquisas afirmam que empresas de contabilidade, especificamente as de auditoria Big-4, são mais bem qualificadas para oferecer serviços de garantia de qualidade superior. As empresas de contabilidade seguem requisitos de conduta profissional e de independência (PETERS; ROMI, 2014), e fornecem instruções mais detalhadas e consistentes devido à transferência de técnicas de auditoria para o processo de garantia (POWER, 2003). Além disso, suas aptidões, habilidades e competências foram amplamente reconhecidas no mercado de auditoria contábil-financeira, as quais são transferíveis ao mercado de asseguração dos RS (HODGE; SUBRAMANIAM; STEWART, 2009).

Em relação ao processo de asseguração dos RS, caracterizado pela falta de padrões específicos (HICKMAN; COTE, 2019; HUMMEL;

SCHLICK, 2016) e inexistência de regulamentação específica (HUMMEL; SCHLICK; FIFKA, 2017), a forma e o conteúdo assegurado podem variar em função das preferências do provedor da garantia e são flexíveis aos objetivos desejados pelos usuários (GRI, 2013). Nesse sentido, embora não exista um padrão legalmente estabelecido em nível internacional, o *International Standard on Assurance Engagements (ISAE) 3000* e o *AccountAbility (AA) 1000 Assurance Standard (AS)* são os mais utilizados pelos provedores de garantia. O ISAE 3000, de natureza contábil, foi desenvolvido *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)* e concentra-se nas características processuais da garantia. Enquanto isso, os padrões AA1000, fornecidos pela organização sem fins lucrativos *AccountAbility*, enfatizam o engajamento das partes interessadas.

Em geral, os profissionais podem oferecer dois níveis de garantia para indicar a profundidade de seu trabalho; portanto, definir o grau de confiança sinalizado às partes interessadas. Os provedores de garantia que utilizam o ISAE 3000 (utilizado usualmente por contadores profissionais) expressam um nível de garantia “razoável” ou “limitado”, já aqueles que usam AA1000 AS (contadores, consultores e empresas de engenharia) expressam um nível “alto” ou “moderado”. O nível “razoável/alto” indica um alto, mas não absoluto, devido a limitações do controle interno, e as conclusões são expressas de maneira positiva. Já o nível de garantia “limitado/moderado” faz referência a um baixo nível de verificação e as conclusões são expressas de forma negativa (MARTÍNEZ-FERRERO; GARCÍA-SÁNCHEZ, 2018).

Quanto ao escopo da asseguração, há discricionariedade da administração sobre as informações de sustentabilidade verificadas externamente (BRAAM; PEETERS, 2018; FONSECA, 2010; O'DWYER; OWEN, 2005). Hummel, Schlick e Fifka (2017) encontraram evidências de que a empresa e o provedor da garantia determinam conjuntamente os termos

do contrato de assegução; além disso, esses autores explicam que as empresas podem influenciar não só o conteúdo a ser garantido mas também a profundidade do trabalho de assegução, visto que um processo de garantia de maior qualidade é suscetível a revelar questões problemáticas, além de estar associado a custos mais elevados.

Portanto, nota-se que as empresas podem solicitar um serviço de garantia superficial na tentativa de manter os custos com a contratação da garantia baixos e, simultaneamente, sinalizar a partes interessadas que podem confiar nas informações reportadas em seus relatórios. Ademais, o escopo também se vincula à estrutura e ao conteúdo dos RS, pois o tipo de informação assegurada depende do processo de elaboração e publicação desses relatórios.

Nesse sentido, as diretrizes da GRI auxiliam as empresas a determinar o conteúdo a ser divulgado e a atribuir garantia da qualidade das informações relatadas (SOARES et al., 2018). Essas diretrizes direcionam as empresas a elaborar os RS em duas etapas: i) como relatar as informações, composta por orientações e princípios que definem o conteúdo do relatório, garantindo sua qualidade e estabelecem o limite do relatório; e ii) identificar o que relatar, dividindo nas categorias de perfil, forma de gestão e indicadores de desempenho (GRI, 2013).

O conteúdo informacional dos indicadores de desempenho pode variar de acordo com a escolha da empresa em relatar entre os diversos níveis de diretrizes disponibilizados pelo padrão GRI, como as versões G3, G4 e mais recente GRI *Standards*. As diretrizes GRI comportam elementos considerados essenciais para RS, como aqueles que relatam o desempenho econômico, ambiental, social e de governança. E, ainda, há níveis mais detalhados que informam sobre a estratégia, análise, governança, ética e integridade da organização, que relatam de forma mais ampla os aspectos materiais identificados (GRI, 2013, 2016).

Quanto ao desempenho ambiental, esta pesquisa destaca as informações acerca da contabilidade corporativa da água. Devido à crise contemporânea de escassez da água, há oportunidades e riscos para os negócios (BURRITT; CHRIST, 2017); afinal, a água é considerada um bem público administrado pelo governo. Logo, sua gestão objetiva sustentar e proteger esse bem como um recurso compartilhado (LARSON et al., 2012). Nesse contexto, os riscos regulatórios e de reputação podem acarretar riscos financeiros gerados pelo aumento de custos ou pela perda de receita devido à escassez, poluição ou má gestão dos recursos hídricos (MORRISON; SCHULTE; SCHENCK, 2010). Dessa forma, o custo de oportunidade por não seguir boas práticas de gestão da água pode ser representado pela perda significativa de valor do negócio (BURRITT; CHRIST, 2017).

De acordo com Morrison, Schulte e Schenck (2010), a contabilidade corporativa da água decorreu da necessidade de as empresas melhorarem a gestão da água. Os autores identificaram quatro principais áreas que se relacionam com as decisões de negócios sobre a água, descritas em: eficiência operacional, *design* ecológico do produto, manufatura sustentável; avaliação/identificação de risco hídrico; gestão de impactos sociais e ambientais relacionados à água; e comunicação do risco/desempenho da água com as partes interessadas. No entanto, a informação monetária sobre os impactos e efeitos relacionados com esse recurso não tem recebido a devida atenção no desenvolvimento da contabilidade da água direcionada às corporações (BURRITT; CHRIST, 2017), pois os esforços de contabilização da água foram conduzidos pela necessidade de coletar informações físicas (ERCIN; ALDAYA; HOEKSTRA, 2011).

Diante da relevância do resultado financeiro para a tomada de decisões gerenciais, Burritt e Christ (2017) explicam que a informação física, embora necessária para melhorar a gestão da água, não pode ser o único elemento que

ocupe a agenda corporativa. Para os autores, o gerenciamento e a tomada de decisões sobre riscos, oportunidades e divulgações relacionados à água requer uma avaliação que englobe tanto informações físicas quanto monetárias.

Contudo, observa-se que poucos padrões para a contabilização da água têm incluído métricas monetárias. A título de exemplo, o *European Water Stewardship Standard* inclui dois indicadores monetários referentes a investimentos de manutenção e melhoria da gestão da água, e custos ambientais. Já o padrão da Austrália compõe-se dos seguintes dados monetários: i) custos relativos da água (investimentos de capital, aquisição de água, tratamento da água, serviços terceirizados, pesquisa e desenvolvimento, e custos de energia); ii) receitas e criação de valor compartilhado; iii) distribuição de valor econômico, valor ambiental e valor social (BURRITT; CHRIST, 2017).

Desse modo, a asseguuração externa deve resultar em conclusões sobre a qualidade das informações contidas nos RS, assim como fornecer conclusões sobre o processo que define o conteúdo do relatório, incluindo a aplicação do princípio da materialidade ou o processo de engajamento das partes interessadas (GRI, 2016). Espera-se que este estudo possa fornecer um panorama sobre o conteúdo do *disclosure* corporativo da água em RS assegurados, além de abordar os aspectos sobre a materialidade da água para a tomada de decisão de diversas partes interessadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para identificar os itens do *disclosure* corporativo da água das empresas brasileiras submetidos à asseguuração externa, a presente pesquisa utilizou a análise documental como técnica de coleta de dados. Assim, os dados secundários das empresas foram levantados a partir de seus Formulários de Referência (FR), Relatórios de Sustentabilidade (RS) no sítio eletrônico de cada empresa, Relatórios de As-

seguração Independente anexo ao RS e o cadastro das empresas no *site* da B3.

O período de análise teve por base os anos de 2017 e 2018, devido ao lançamento da diretriz GRI *Standards* em 2016. As diretrizes da GRI estão presentes em mais de 90 países, fornecendo os padrões mais utilizados no mundo sobre relatórios e divulgação de sustentabilidade (GRI, 2016). Sobre esse contexto, Soares et al. (2018) encontram relação positiva entre a divulgação dos RS conforme as diretrizes do GRI e o desempenho da evidenciação social e ambiental, indicando que empresas que adotam esse padrão de divulgação apresentam um melhor perfil de divulgação.

A população da pesquisa compreende 43 companhias listadas na B3 que asseguraram o RS no período de 2017-2018 selecionadas de acordo com Comunicado Externo 017/2011-DP da B3, o qual orienta que, em seu Formulário de Referência (FR) (item 7.8 – Políticas socioambientais), as empresas listadas relatam se realizam a divulgação e a verificação externa das informações socioambientais. Dessa população, foram excluídas empresas que não divulgaram seus relatórios nos moldes dos padrões GRI e cujos relatórios não foram localizados no *link* indicado no FR. Após as exclusões, foi obtida uma amostra formada por 40 empresas.

Para identificar os itens do *disclosure* corporativo da água submetidos à asseguuração externa, utilizou-se uma análise de conteúdo baseada na estrutura de divulgação fornecida pelo Sumário Remissivo da GRI *Standards* elaborado e disponibilizado pelas empresas relatoras em anexo ao RS. No sumário, ainda, há uma coluna específica para que as empresas sinalizem a asseguuração externa das informações de forma individual. A GRI orienta que seja indicado quando um determinado indicador foi submetido à verificação externa, devendo especificar a página do RS na qual as informações estão relatadas, bem como a página referente à Declaração de Asseguuração Externa

(GRI, 2013). Após o levantamento dos dados, estes foram computados em planilhas eletrônicas; a análise do conteúdo das informações se deu por meio da leitura das divulgações.

Por fim, como análise adicional, esta pesquisa buscou verificar se o setor de atuação e as empresas que prestam os serviços de assegu-
ração estão associados à escolha da água como tema material. Com o auxílio do *software* R versão 3.6.0 for *Windows*, foi empregado o teste exato de *Fisher* para o cálculo da probabilidade de associação entre esses aspectos, com o nível de significância de 5%. O teste exato de *Fisher* constitui-se em uma análise não paramétrica para determinar a probabilidade de ocorrência de uma frequência observada, sendo indicada para o teste de hipótese de associação entre duas variáveis, na condição de tabelas cruzadas de frequências 2 x 2, adequando-se para pequenas amostras, dado que $20 < N < 40$ (FISHER, 1992).

Logo, estabeleceram-se as hipóteses do teste, especificando-as para esta pesquisa:

H_0 : a escolha da água como tema material independe do setor e da prestadora de assegu-
ração externa.

H_1 : a escolha da água como tema material está associada ao setor e à prestadora de assegu-
ração externa.

Para as observações dos setores de atuação das empresas da amostra, este estudo utilizou a classificação de “setor ambientalmente sensível” (SAS) que compreende setores de maior exposição ambiental proposto pela literatura (SIMNETT; VANSTRAELEN; CHUA, 2009; PETERS; ROMI, 2014; CHO et al., 2014): mineração e extração; papel; produtos químicos; petróleo; metais; utilidade pública; e de produção. De acordo com essa literatura, empresas pertencentes a setores de elevado risco social e ambiental demonstram uma maior probabilidade de assegurar as informações de sustentabilidade, pois criam uma maior apreensão externa sobre a credibilidade de suas informa-

ções. Por conseguinte, espera-se que essas empresas lidem com maiores riscos relaciona-
dos à gestão da água por oferecerem maiores impactos ambientais e, assim, estarem sujei-
tas a uma maior probabilidade de divulgação e assegu-
ração das informações relativas ao tema água.

Por fim, com relação aos provedores de as-
seguração externa, estes foram classificados de acordo com sua natureza, sendo: audi-
toria (empresas de contabilidade) ou de não
auditoria (demais empresas). Os provedores
de garantia cumprem um papel importante
no processo que define os aspectos mate-
riais dos RS a fim de reforçar o engajamento
das partes interessadas durante a elaboração
desses relatórios (MANETTI; TOCCAFONDI,
2012). Pesquisas anteriores sugerem que os
profissionais de auditoria contábil (Big-4) ofe-
recem serviços de assegu-
ração externa de maior qualidade devido a suas habilidades e
competências advindas das auditorias finan-
ceiras (HODGE; SUBRAMANIAM; STEWART,
2009; PETERS; ROMI, 2014; POWER, 2003;
SIMNETT; VANSTRAELEN; CHUA, 2009). As-
sim, espera-se que a assegu-
ração de maior qualidade possa garantir as expectativas infor-
macionais dos diversos *stakeholders*, inclusive
aquelas relacionadas ao *disclosure* corporati-
vo da água.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O levantamento de dados contemplou o exame de 40 (quarenta) RS assegurados para ano de 2017 e 35 (trinta e cinco) para o ano de 2018, publicados de acordo com os padrões GRI. A Tabela 1 apresenta a forma como as empresas relataram os conteúdos assegurados.

Tabela 1 – Forma de relato dos conteúdos assegurados

Forma de Relato	2017	%	2018	%
Informou por indicador a asseguarção externa	8	20,00	6	17,14
Asseguarção externa do RS em geral	27	67,50	27	77,14
Não divulgaram indicadores relativos à água	5	12,50	2	5,71
Total de RS assegurados	40	100	35	100

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com a Tabela 2, 5 (cinco) empresas em 2017 (Aes Tiete, B2w Digital, Lojas Americanas, Itaúsa e Banco da Patagônia) e duas empresas em 2018 (Aes Tiete e Itaúsa) não divulgaram indicadores relativos à água por não considerarem em nenhum aspecto o tema água como item material para elaboração de seus RS. Em 2018, a empresa B2w Digital,

apesar de não revisar a materialidade de seus itens, divulgou indicadores relativos à água. Já as empresas Lojas Americanas e Banco da Patagônia não haviam publicado seus RS até a presente data deste trabalho. A Tabela 2 descreve a quantidade de empresas quanto à classificação da materialidade do tema água.

Tabela 2 – Empresas por classificação da materialidade do tema água.

Tema Material	2017	%	2018	%
Sim	28	70,00	25	71,43
Não, mas divulgaram indicadores relativos à água	7	17,50	8	22,85
Não divulgaram indicadores relativos à água	5	12,50	2	5,72
Total	40	100	35	100

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Percebe-se que a maioria das empresas da amostra, 70% (2017) e 71,43% (2018), classificaram água como item material. Ainda, houve a ocorrência de empresas que, apesar de não classificarem o tema água como material juntamente às suas partes interessadas, julgaram importante divulgar informações sobre esse tema. Estas evidências estão de acordo com os resultados dos estudos de Morrison, Schulte e Schenck (2010) e de Burritt e Christ (2017), pois demonstram que empresas julgam necessárias as divulgações sobre água, uma vez que essa decisão não somente permite identificar oportunidades importantes para a continuidade de seus negócios como também manter a sua reputação. Além disso, tais evi-

dências reforçam a afirmação de Larson et al. (2012), conforme já mencionado, de que todos os tipos de organizações, embora em diferentes graus, necessitam utilizar a água doce em seus negócios.

Com relação à elaboração da matriz de materialidade e ao processo de engajamento das partes interessadas, as empresas indicam no item “Sobre o relatório – Materialidade” a metodologia empregada para eleger os temas materiais que definem o conteúdo a ser divulgado no RS. Assim, os temas são identificados por meio de votação de suas principais partes interessadas. A Figura 1 demonstra os principais *stakeholders* relacionados à definição da água como tema material.



Figura 1 – Stakeholders e a água como tema material

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Dentre os *stakeholders* mais citados estão clientes com 9 (nove) empresas, comunidade e sociedade com 8 (oito) cada uma. Seguidos por colaboradores, governo e fornecedores citados por 5 (cinco) empresas cada. Enquanto alta administração e gestores foram referenciados por 4 (quatro) empresas e acionistas por 3 (três). Já mídia, ONGs e entidades financeiras obtiveram 1 (uma) empresa cada. Isso vai ao encontro do *Global Risks Report* de 2017 do *World Economic Forum*, que reconhece a “crise da água” como uma das maiores preocupações de diversos membros da comunidade internacional de *stakeholders*; além de corroborar com Patten (1992), visto que as divulgações socioambientais correspondem à demanda informacional dos públicos relevantes de uma organização.

Em seguida, apresenta-se a descrição dos indicadores relativos ao *disclosure* corporativo

da água. Identificou-se que, no ano de 2017, 6 (seis) empresas divulgaram suas informações de acordo com GRI-G4. No entanto, observou-se que o conteúdo para as duas versões convergia e, por isso, os dados foram compilados em uma mesma análise. Para o ano de 2018, todas as empresas aderiram à versão GRI *Standards*.

A GRI *Standards* é organizada em tópicos específicos em três séries distintas: 200 (tópicos econômicos), 300 (tópicos ambientais) e 400 (tópicos sociais). A pesquisa coletou informações relativas ao item específico da Água (303), que relatam o desempenho da organização sobre a utilização da água; e de Efluentes e resíduos (306), que especificam informações sobre tratamento de efluentes e resíduos em prevenção à poluição das águas.

Esta análise compreendeu somente as empresas que asseguram seus RS entre o período de 2017-2018 e, ao mesmo tempo, divulgaram indicadores relativos à água, sendo 34 (trinta e quatro) empresas em 2017 e 33 (trinta e três) em 2018. Ressalta-se que não foi encontrado o sumário GRI da Petrobrás S.A em 2017 em seu RS; por isso, não foi possível computar os dados dessa empresa. A Tabela 3 apresenta a quantidade de empresas por conteúdos relativos ao *disclosure* corporativo da água dos RS assegurados conforme GRI-G4/GRI *Standards* 2016.

Tabela 3 – Empresas por *disclosure* corporativo da água dos RS assegurados conforme GRI-G4/ GRI *Standards* 2016

(Continua)

Indicadores GRI-G4/GRI <i>Standards</i> 2016	2017	%	2018	%
Água				
G4-EN8/303-1 Total de retirada de água por fonte.	27	79,41	21	63,64
G4-EN9/303-2 Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.	13	38,24	12	36,36
G4-EN10/303-3 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	17	50,00	16	48,48
Efluentes e resíduos				
G4-EN22/306-1 Descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação.	13	38,24	13	39,39

				(Conclusão)	
G4-EN23/306-2	Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição.	25	73,53	22	66,67
G4-EN24/306-3	Número total e volume de vazamentos significativos.	10	29,41	10	30,30
G4-EN25/306-4	Peso de resíduos transportados, considerados perigosos nos termos da convenção da basileia, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.	8	23,53	11	33,33
G4-EN26/306-5	Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descargas e drenagem de água realizada.	5	14,71	8	24,24

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Verifica-se que a maioria das empresas divulgou em seus RS assegurados os conteúdos relativos aos impactos e riscos potenciais associados ao uso de água por parte da organização (Água); sendo 79,41% em 2017 e 63,64% em 2018 para G4-EN8/303-1; 50% em 2017 e 48,48 em 2018 para G4-EN10/303-3; e 35,29% em 2017 e 36,36% em 2018 para G4-EN9/303-2. Para os indicadores de Efluentes e resíduos, diretamente vinculados a impactos ecológicos e custos operacionais de uma organização, as empresas concentraram suas divulgações em 73,53% em 2017 e 66,67% para G4-EN23/306-2; 38,24% em 2017 e 39,39% em 2018 para G4-EN22/306-1. Esses indicadores amenizam os riscos financeiros, uma vez que contribuem diretamente para a redução dos custos de materiais. Além disso, o descarte desses resíduos pode impactar a qualidade do abastecimento de água disponível para a organização e afetar sua relação com as comunidades e outros usuários de água (GRI, 2016; MORRISON; SCHULTE; SCHENCK, 2010).

Quanto ao indicador G4-EN24/306-3, 29,41% (2017) e 30,30% (2018) das empresas julgaram importante divulgar informações sobre vazamentos significativos, visto que o vazamento de substâncias químicas, óleos e combustíveis podem afetar negativamente a qualidade da água. O item G4-EN25/306-4, referente a resíduos perigosos transportados pela organização ou em nome dela, esteve presente em 23,53% em 2017 e 33,33% em 2018 dos

RS assegurados. Esses indicadores estão diretamente ligados a riscos regulatórios e aos danos de reputação (GRI, 2016; MORRISON; SCHULTE; SCHENCK, 2010), uma vez que ambas as informações relatam sobre a gestão de resíduos perigosos por parte das organizações, atribuindo a elas responsabilidades perante a sociedade em relação à conformidade de regulamentos nacionais e internacionais.

Com menos incidência de divulgação, o item G4-EN26/306-5 foi evidenciado em 14,71% em 2017 e 24,24% em 2018 dos RS verificados externamente. Esse indicador é uma contrapartida qualitativa para indicadores quantitativos de descarte de água e tem por objetivo descrever o impacto desses descartes que afetam habitats aquáticos, e que, consequentemente podem causar impactos significativos na disponibilidade de recursos hídricos. Nesse contexto, riscos específicos de localização temporal e geográfica, assim como pressões econômicas, sociais e ambientais enfrentadas pela organização relatora tornam esse aspecto identificado como relevante (BURRITT; CHRIST, 2017).

Durante a análise dos RS assegurados das empresas da amostra, observou-se que 10 (dez) empresas apresentaram os conteúdos referentes ao *disclosure* corporativo da água dos RS assegurados de acordo com a nova versão da GRI *Standards* lançada em 2018. A Tabela 4 apresenta a quantidade de empresas por *disclosure* corporativo da água dos RS assegurados conforme GRI *Standards* 2018.

Tabela 4 – Empresas por *disclosure* corporativo da água dos RS assegurados conforme GRI Standards 2018

Indicadores GRI Standards 2018	2018	%
Água		
303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado.	5	15,15
303-2 Gestão dos impactos relacionados à descarga de água.	5	15,15
303-3 Captação de água.	6	18,18
303-4 Descarga de água.	5	15,15
303-5 Consumo de água.	4	12,12
Efluentes e resíduos		
306-1 Descarte de água por qualidade e destino.	4	12,12
306-2 Resíduos por tipo e método de disposição.	9	27,27
306-3 Vazamentos significativos.	3	9,09
306-4 Transporte de resíduos perigosos.	4	12,12
306-5 Corpos d'água afetados por descargas de água e/ou escoamento.	3	9,09

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Nota-se que as principais mudanças ocorreram quanto aos conteúdos relativos à “Água”. A quantidade de item mudou de 3 (três) para 5 (cinco), e o relato, além de informar sobre a forma de utilização da água pelas organizações, aborda informações que explicam o contexto local do uso e do reconhecimento da importância de administrar a água como um recurso compartilhado. Essa categoria de indicadores representa o desempenho da organização sobre as práticas de administração dos recursos hídricos. O item mais divulgado, com cerca de 18% da amostra, foi o 303-3 referente ao volume de retirada de água por área de atividade da organização. Seguido pelos itens 303-1, 303-2 e 303-4 divulgados em aproximadamente 15% dos RS assegurados; e 12% para o item 303-5, que mede a água usada por uma organização de tal forma que ela não está mais disponível para uso pelo ecossistema ou pela comunidade local no período coberto pelo relatório.

Quanto à categoria “Efluentes e resíduos”, observa-se que não houve mudanças significativas no conteúdo informacional dos indicadores. E os indicadores relacionados aos riscos financeiros e custos operacionais continuam sendo os mais evidenciados: o item 306-2 com cerca de 27%, seguido por 306-1 e 306-4 com 12% cada. E 9% para os itens 306-3 e 306-5, indicadores que se referem aos riscos regulatórios e aos danos de reputação (GRI, 2016; MORRISON; SCHULTE; SCHENCK, 2010; BURRITT; CHRIST, 2017).

Poucas empresas informaram a asseguuração externa por indicador, como mostra a Tabela 2, 8 (oito) em 2017 (Celesc, Ceg, Cemig, Copel, Minerva, Banco do Brasil, Itaú Unibanco e Banco do Nordeste do Brasil) e 6 (seis) em 2018 (Celesc, Copel, Duratex, Minerva, Banco do Brasil e Itaú Unibanco). A Tabela 5 apresenta a asseguuração do *disclosure* corporativo da água sinalizado pelas empresas no sumário GRI.

Tabela 5 – Asseguuração do *disclosure* corporativo da água por item

Item	2017	%	2018	%
Água				
G4-EN8/303-1	7	87,50	6	100
G4-EN9/303-2	3	37,50	2	33,33
G4-EN10/303-3	3	37,50	2	33,33
Efluentes e resíduos				
G4-EN22/306-1	4	50,00	2	33,33
G4-EN23/306-2	5	62,50	2	33,33
G4-EN24/306-3	3	37,50	1	16,67
G4-EN25/306-4	2	25,00	2	33,33
G4-EN26/306-5	2	25,00	1	16,67

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A partir dos dados da Tabela 5, observa-se que nem todos os indicadores que se divulgam nos RS assegurados são verificados externamente. A título de exemplo, a empresa Duratex S.A, em 2018, divulgou 3 (três) indicadores (303-

1: Total de retirada de água por fonte, 303-3: Água reciclada e reutilizada e 306-2: Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição); no entanto, sinalizou a assegu-
 ção externa para 2 (dois) deles (303-1: Total de retirada de água por fonte e Peso total de re-
 síduos, discriminado por tipo e método de dis-
 posição). Este fato ocorre em decorrência da
 natureza voluntária da adoção dos serviços de
 assegu-
 ração externa, uma vez que a empresa
 tomadora dos serviços possui discricionariedade
 em relação ao conteúdo a ser revisado
 (BRAAM; PEETERS, 2018; FONSECA, 2010;
 HUMMEL; SCHLICK; FIFKA, 2017; O'DWYER;
 OWEN, 2005).

Ressalta-se, quanto à natureza dos indica-
 dores ou conteúdos relativos ao *disclosure*
 corporativo da água, a predominância de in-
 formações físicas sobre água. A ausência de
 informações monetárias sobre os impactos e
 efeitos relacionados à água indica que essas
 informações não têm recebido a devida aten-
 ção e que até padrões altamente reconhecidos
 no mercado como a GRI não têm incluído mé-
 tricas monetárias para o gerenciamento e a to-
 mada de decisões sobre riscos, oportunidades
 e divulgações relacionados à água (BURRITT;
 CHRIST, 2017; ERCIN; ALDAYA; HOEKSTRA,
 2011).

Ao verificar que a maioria das empresas dispo-
 nibilizou o relatório de assegu-
 ração externa de
 forma geral, analisou-se se as prestadoras de
 garantia fizeram menção no relatório de asse-
 guração anexo ao RS ao conteúdo do *disclo-
 sure* corporativo da água. Somente a empresa
 Deloitte Auditores Independentes reportou res-
 salva quanto à forma de gestão dos aspectos
 materiais da água, ao assegurar os indicado-
 res GRI constantes no RS em 2017 da empre-
 sa Celesc S.A, afirmando que não identificou
 o reporte de justificativas para a materialidade
 do aspecto, os impactos positivos e negativos
 e a abordagem de gestão, incluindo mecanis-
 mos de avaliação e eficácia.

Ainda, observa-se que todos os trabalhos de
 assegu-
 ração realizados buscam avaliar se as
 informações divulgadas foram compiladas, em
 todos os aspectos relevantes, conforme as

diretrizes da GRI. Portanto, esses trabalhos
 não têm por objetivo atestar o desempenho da
 empresa em quaisquer aspectos relacionados
 nos RS. Esse resultado fornece evidências de
 que as empresas buscam contratar garantias
 de nível superficial, pois despendem menores
 custos e, ainda assim, são capazes de atri-
 buir alguma credibilidade ao RS (HUMMEL;
 SCHLICK; FIFKA, 2017). Dessa maneira, para
 a amostra de empresas analisadas neste tra-
 balho, é possível caracterizar a assegu-
 ração externa como uma simples verificação de da-
 dos (FAROOQ; VILLIERS, 2019).

Como análise adicional, esta pesquisa buscou
 avaliar se a escolha da água como tema ma-
 terial está associada ao setor e à prestadora
 de assegu-
 ração externa. A Tabela 6 demonstra
 as frequências das empresas da amostra por
 setor e prestadora de assegu-
 ração externa, classificadas em setor ambientalmente sensí-
 vel (SAS) e empresas de auditoria.

**Tabela 6 – Frequências por setor e prestadora de assegu-
 ração externa**

Setor	Quantidade	%
Consumo Cíclico	2	5,71
Consumo não Cíclico	3	8,57
Financeiro	7	20,00
Papel	4	11,43
Petróleo	1	2,86
Químicos	1	2,86
Saúde	2	5,71
Telecomunicações	2	5,71
Transporte	4	11,43
Utilidade Pública	9	25,71
Frequências	Quantidade	%
Setor ambientalmente sensível	18	51,43
Prestador de Garantia – Audi- toria	29	82,86

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Nota-se que mais da metade das empresas da
 amostra (51,43%) atuam em setores ambien-
 talmente sensíveis – mineração e extração;

papel; produtos químicos; petróleo; metais; utilidade pública; e de produção. Ao considerar que empresas que apresentam maiores riscos relacionados à gestão da água, classificadas como SAS, tendem a classificar a água como tema material em seus RS, procedeu-se, então, ao teste exato de Fisher para verificar a associação entre SAS e a classificação da água como tema material (SIMNETT; VANSTRAELEN; CHUA, 2009; BURRITT; CHRIST, 2017). Todavia, o resultado do p -value = 0,9399, nível de significância de 5%, aponta para não rejeição da hipótese nula. Desse modo, os dados não suportaram evidências suficientes para confirmar a associação entre SAS e a escolha do item água como material.

Quanto aos trabalhos de asseguração realizados, verifica-se que mais de 80% da amostra optou por empresas de auditoria. As empresas de auditoria cumprem um papel importante na qualidade do processo de garantia, o qual pode ser caracterizado por suas habilidades competências (HODGE; SUBRAMANIAM; STEWART, 2009; PETERS; ROMI, 2014; POWER, 2003; SIMNETT; VANSTRAELEN; CHUA, 2009). Contudo, o teste exato de Fisher resultou em um p -value de 1 (nível de significância de 5%). Por conseguinte, os dados não forneceram evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula, indicando a não associação entre a natureza do prestador de garantia e a escolha do tema água como material.

5 CONCLUSÃO

Diante da crise contemporânea de escassez dos recursos naturais, o tema água tem se mostrado relevante na percepção da maioria das organizações e de suas partes interessadas. Assim, as organizações se esforçam para corresponder à demanda informacional de suas principais partes interessadas ao divulgarem suas práticas de gestão e os impactos relacionados à água. E esses esforços podem ser fortalecidos pela credibilidade das informações que são validadas externamente. Nesse

sentido, o presente estudo objetivou identificar os itens do *disclosure* corporativo da água submetidos à asseguração externa pelas empresas brasileiras por meio de análise documental de RS divulgados no período de 2017 a 2018.

Os resultados apontaram que as empresas julgam necessárias as divulgações acerca da gestão e dos impactos corporativos relacionados à água, uma vez que a maioria das empresas da amostra classificou esse recurso como tema material. Logo, observou-se que as empresas divulgaram em seus RS assegurados os conteúdos relativos aos impactos e riscos potenciais associados ao uso da água por parte da organização. Destaca-se que esses indicadores estão diretamente vinculados à qualidade da água, custos operacionais e impactos ecológicos e permitem que as organizações avaliem os riscos regulatórios e de reputação.

Ademais, é preciso recordar que houve predominância de informações físicas sobre água, o que ressalta a necessidade de que as informações monetárias sejam integradas aos processos de gestão da água e à tomada de decisões gerenciais. Esse fato deve encorajar profissionais da contabilidade a desenvolverem novas ferramentas para a contabilidade corporativa da água. Uma questão relevante é que o contraste entre a contabilidade financeira e a contabilidade de informações de cunho socioambiental mantém um mercado subdesenvolvido para auditoria ou asseguração dos RS.

Este trabalho teve como a principal limitação a baixa incidência de empresas que sinalizaram detalhadamente a asseguração por conteúdo. Em um contrato de garantia, a empresa relatora possui discricionariedade em relação aos indicadores a serem assegurados e, ao não publicitar tal informação, o processo pode ser considerado pouco transparente. E essa falta de transparência pode afetar a percepção sobre a credibilidade que o processo de asseguração remete aos RS.

Outro fato importante se refere à superficialidade dos trabalhos de asseguração realizados. Argumenta-se que garantias caracteriza-

das como uma simples verificação de dados reforçam o importante debate sobre a efetiva contribuição da asseguração externa para impulsionar a sustentabilidade dentro das organizações.

As demais limitações desse estudo consistem na periodicidade da publicação dos RS e no tamanho amostral para avaliar quantitativamente as evidências de associações entre o *disclosure* corporativo da água e a asseguração externa. Por isso, como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se ampliar a amostra para um painel internacional com emprego de diversas técnicas estatísticas que possam determinar a probabilidade de ocorrência dessas associações. Além disso, pesquisas que analisem, também, outros padrões de divulgação de RS podem fornecer um panorama mais amplo e comparativo.

REFERÊNCIAS

ACCOUNTABILITY. **AA1000 Stakeholder engagement standard (Exposure Draft)**. London: Accountability, 2005.

ADAMS, Carol A.; EVANS, Richard. Accountability, completeness, credibility and the audit expectations gap. **Journal of Corporate Citizenship**, [s. l.], n. 14, p. 97-115, 2004.

BRAAM, Geert; PEETERS, Roy. Corporate sustainability performance and assurance on sustainability reports: Diffusion of accounting practices in the realm of sustainable development. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 164-181, 2018.

BURRITT, Roger L.; CHRIST, Katherine L. The need for monetary information within corporate water accounting. **Journal of Environmental Management**, [s. l.], v. 201, p. 72-81, 2017.

BURRITT, Roger L.; CHRIST, Katherine L.; OMORI, Akira. Drivers of corporate water-related disclosure: evidence from Japan. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 129, p. 65-74, 2016.

BUENO, Giovana; NASCIMENTO, Karoline; LANA, Jeferson; GAMA, Marina; MARCON, Rosilene. Mecanismos Externos de Governança Corporativa no Brasil. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, [s. l.], v. 21, n. 1, 2018. Disponível em: https://pesquisaeaes.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/mecanismos_externos_de_governanca_corporativa_no_brasil.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

CADBURY, Sir Adrian. The corporate governance agenda. **Corporate Governance: An International Review**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 7-15, 2000.

CARBON DISCLOSURE PROJECT (CDP). **Collective Responses to Rising Water Challenges, CDP Global Water Report 2012: on Behalf of 470 Investors with Assets of US\$ 50 Trillion**. London: CDP, 2012.

CHO, Charles H.; MICHELON, Giovanna; PATTEN, Dennis M.; ROBERTS, Robin W. CSR report assurance in the USA: an empirical investigation of determinants and effects. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 130-148, 2014.

CORAM, Paul J.; MONROE, Gary S.; WOOLIFF, David R. The value of assurance on voluntary nonfinancial disclosure: An experimental evaluation. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 137-151, 2009.

DANDO, Nicole; SWIFT, Tracey. Transparency and assurance minding the credibility gap. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 44, n. 2-3, p. 195-200, 2003.

DAUB, Claus-Heinrich. Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 75-85, 2007.

DEEGAN, Craig; COOPER, Barry J.; SHELLY, Marita. An investigation of TBL report assurance statements: UK and European evidence. **Managerial Auditing Journal**, [s. l.], v. 21, n. 4, p. 329-371, 2006.

ERCIN, A. Ertug; ALDAYA, Maite Martinez; HOEKSTRA, Arjen Y. Corporate water footprint accounting and impact assessment: the case

of the water footprint of a sugar-containing carbonated beverage. **Water Resources Management**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 721-741, 2011.

FAROOQ, Muhammad Bilal; VILLIERS, Charle de. How sustainability assurance engagement scopes are determined, and its impact on capture and credibility enhancement. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [s. l.], p. 1-32, 18 dec. 2019.

FERNANDEZ-FEIJOO, Belen; ROMERO, Silvia; RUIZ, Silvia. The assurance market of sustainability reports: What do accounting firms do?. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 139, p. 1128-1137, 2016.

FISHER, Ronald Aylmer. Statistical methods for research workers. Breakthroughs in statistics. **Springer**, New York, p. 66-70, 1992.

FONSECA, Alberto. How credible are mining corporation's sustainability reports? A critical analysis of external assurance under the requirements of the international council on mining and metals. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 17, n. 6, p. 355-370, 2010.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **The external assurance of sustainability reporting**. Research and Development Series, 2013. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resource/library/GRI-Assurance.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Consolidated set of GRI Sustainability Reporting Standards 2016**. 2016. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/consolidated-set-of-gri-standards/>. Acesso em: 20 maio 2019.

HICKMAN, Leila Emily; COTE, Jane. CSR reporting and assurance legitimacy: a client – assessor dyad investigation. **Journal of Applied Accounting Research**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 372-393, 2019.

HODGE, Kristy; SUBRAMANIAM, Nava; STEWART, Jenny. Assurance of sustainability reports: Impact on report user's confidence and perceptions of information credibility. **Australian Accounting Review**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 178-194, oct. 2009.

HUGGINS, Anna; GREEN, Wendy J.; SIMNETT, Roger. The competitive market for assurance engagements on greenhouse gas statements: Is there a role for assurers from the accounting profession?. **Current Issues in Auditing**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. A1-A12, 2011.

HUMMEL, Katrin; SCHLICK, Christian. The relationship between sustainability performance and sustainability disclosure – Reconciling voluntary disclosure theory and legitimacy theory. **Journal of Accounting and Public Policy**, [s. l.], v. 35, n. 5, p. 455-476, 2016.

HUMMEL, Katrin; SCHLICK, Christian; FIFKA, Matthias. The role of sustainability performance and accounting assurers in sustainability assurance engagements. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 154, n. 3, p. 733-757, 2017.

JONES, Peter; COMFORT, Daphne; HILLIER, David. Materiality and external assurance in corporate sustainability reporting: An exploratory study of UK house builders. **Property Management**, [s. l.], v. 33, n. 5, p. 430-450. 2015.

KOLK, Ans; PEREGO, Paolo. Determinants of the adoption of sustainability assurance statements: An international investigation. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 182-198, 2010.

KPMG. **International survey of corporate responsibility reporting**. Amsterdam, 2011. Disponível em: <http://www.kpmg.com/Global/en/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/corporateresponsibility/Documents/2011-survey.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

LAMBOOY, Tineke. Corporate social responsibility: sustainable water use. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 19, n. 8, p. 852-866, 2011.

LARSON, Wendy; FREEDMAN, Paul; PASSESKY, Viktor; GRUBB, Edward; ADRIAENS, Peter. Mitigating Corporate Water Risk: Financial Market Tools and Supply Management Strategies. **Water Alternatives**, [s. l.], v. 5, n. 3, 2012.

MANETTI, Giacomo; BECATTI, Lucia. Assurance services for sustainability reports: Standards and empirical evidence. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 87, n. 1, p. 289-298, 2009.

- MANETTI, Giacomo; TOCCAFONDI, Simone. The role of stakeholders in sustainability reporting assurance. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 107, n. 3, p. 363-377, 2012.
- MARTÍNEZ-FERRERO, Jennifer; GARCÍA-SÁNCHEZ, Isabel-María. Coercive, normative and mimetic isomorphism as determinants of the voluntary assurance of sustainability reports. **International Business Review**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 102-118, 2016.
- MARTÍNEZ-FERRERO, Jennifer; GARCÍA-SÁNCHEZ, Isabel-María. Sustainability assurance and assurance providers: Corporate governance determinants in stakeholder-oriented countries. **Journal of Management & Organization**, [s. l.], v. 23, n. 5, p. 1-24, 2017.
- MARTÍNEZ-FERRERO, Jennifer; GARCÍA-SÁNCHEZ, Isabel-María. The level of sustainability assurance: The effects of brand reputation and industry specialisation of assurance providers. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 150, n. 4, p. 971-990, 2018.
- MOCK, Theodore J.; STROHM, Christiane; SWARTZ, Kevin M. An examination of worldwide assured sustainability reporting. **Australian Accounting Review**, [s. l.], v. 17, n. 41, p. 67-77, 2007.
- MORI JUNIOR, Renzo; BEST, Peter J.; COTTER, Julie. Sustainability reporting and assurance: a historical analysis on a world-wide phenomenon. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 120, n. 1, p. 1-11, 2014.
- MORRISON, Jason; SCHULTE, Peter; SCHENCK, R. **Corporate water accounting: An analysis of methods and tools for measuring water use and its impacts**. Pacific Institute Oakland, California, USA and UNEP DTIE, 2010.
- O'DWYER, Brendan. The case of sustainability assurance: Constructing a new assurance service. **Contemporary Accounting Research**, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 1230-1266, 2011.
- O'DWYER, Brendan; OWEN, David L. Assurance statement practice in environmental, social and sustainability reporting: a critical evaluation. **The British Accounting Review**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 205-229, 2005.
- OWEN, David; SWIFT, Tracy; HUMPHREY, Christopher; BOWERMAN, Mary. The new social audits: accountability, managerial capture or the agenda of social champions?. **European Accounting Review**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 81-98, 2000.
- PATTEN, Dennis M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. **Accounting, Organizations and Society**, [s. l.], v. 17, n. 5, p. 471-475, 1992.
- PEREGO, Paolo; KOLK, Ans. Multinationals' accountability on sustainability: The evolution of third-party assurance of sustainability reports. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 110, n. 2, p. 173-190, 2012.
- PETERS, Gary F.; ROMI, Andrea M. The association between sustainability governance characteristics and the assurance of corporate sustainability reports. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 163-198, 2014.
- POWER, Michael K. Auditing and the production of legitimacy. **Accounting, Organizations and Society**, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 379-394, 2003.
- RUHNKE, Klaus; GABRIEL, Alexander. Determinants of voluntary assurance on sustainability reports: an empirical analysis. **Journal of Business Economics**, Alemanha, v. 83, n. 9, p. 1063-1091, 2013.
- SOARES, Rômulo; PINHEIRO, Alan; ABREU, Mônica; MARINO, Pedro. Efeito do sistema financeiro na evidência socioambiental de empresas em países emergentes e desenvolvidos. **Enfoque: Reflexão Contábil**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 21-35, 2018.
- SIMNETT, Roger; VANSTRAELEN, Ann; CHUA, Wai Fong. Assurance on sustainability reports: An international comparison. **The Accounting Review**, [s. l.], v. 84, n. 3, p. 937-967, 2009.
- WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Risks Report 2017**. Insight Report 12th Edition. World Economic Forum, Geneva, Switzerland. 2017. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/GRR17_Report_web.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

Endereço dos Autores:

Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n.
Bairro Trindade
Florianópolis, SC - Brasil
CEP: 88040-900